

Amato condena campanha de múltis na Constituinte

Da Redação.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, divulgou ontem no final da tarde, na sede da entidade, um comunicado à imprensa

condenando a informação de que algumas empresas multinacionais lançariam uma campanha para interferir na votação do segundo turno do Congresso constituinte. "É uma mentira, um engodo, um golpe sujo", disse Amato.

Segundo o presidente da Fiesp, a legislação norte-americana não permite que se gaste "um níquel" para interferir no trabalho do Congresso. "Agora, o constituinte vai ficar com medo de votar e todo mundo dizer que ele foi subornado".

Segundo a nota, a Fiesp duvida que a informação seja verdadeira, "porque não há como admitir uma atitude imoral como essa por parte de um segmento importante da nossa economia" e porque o lobby representaria "uma afronta aos

Delegados da sociedade brasileira incumbidos, pelo voto popular e direto, de estabelecer nossas normas mais consubstanciadas na futura

Constituição do Brasil".

O empresário e vice-presidente do

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Pedro Eberhardt, afirmou ontem à noite que nem Fiesp nem Ciesp acreditam no lobby de fundo financeiro das multinacionais. "Não temos conhecimento disso", afirmou.

A íntegra da nota da Fiesp

Esta é a íntegra da nota distribuída ontem pela Fiesp:

Na qualidade de presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e interpretando a posição consensual do empresariado industrial do meu Estado, quero manifestar a mais veemente repulsa ao noticiário veiculado de um propalado "lobby" de fundo financeiro, atribuído a empresas multinacionais e cujo objetivo seria o de influenciar Senhores Constituintes na condução de voto no segundo turno que se avizinha.

De início, duvidamos que o representante da multinacional ao qual foi imputada a informação tenha assim se manifestado. Primeiro, porque não há como admitir uma atitude imoral como essa, por parte de um segmento importante da nossa economia e cujo comportamento tem sido sempre coerente com os mais altos interesses do País que o abrigou. Segundo, porque representaria uma afronta

aos Delegados da sociedade brasileira incumbidos, pelo voto popular e direto, de estabelecerem nossas normas mais altas consubstanciadas na futura Constituição do Brasil.

O empresariado tem estado presente junto à Assembléia Nacional Constituinte, nesse processo de formulação institucional, através de suas legítimas entidades representativas, numa atuação aberta, clara, legal e absolutamente ética. Usa, assim da prerrogativa que lhe dá o regime que vivemos, democrático e pluralista. Apresentamos as nossas postulações com o mesmo direito reconhecido aos demais segmentos sociais.

Esta manifestação pública da Fiesp-Ciesp objetiva menos promover a defesa do empresariado, neste deplorável episódio, para assumir a defesa da soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

MARIO AMATO, Presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.